

## **Rádio e educação dos sentidos no Brasil: a atuação de Edgar Roquette-Pinto no âmbito da Rádio Sociedade e do Serviço de Radiodifusão Educativa – 1923-1940<sup>1</sup>**

Newton DANGELO<sup>2</sup>

Doutor

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG

### **Resumo**

O presente texto procura destacar a trajetória de Roquette-Pinto em dois momentos da radiofonia brasileira: a partir da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923 e durante o período em que esteve à frente do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) criado em 1938, como órgão do Ministério da Educação e Saúde. O diálogo com as fontes pesquisadas sobre a sua atuação descortinou elementos significativos para a compreensão dos embates entre cultura popular e cultura letrada a partir da instalação da radiofonia no Brasil, apropriações em torno de uma educação nacionalista e a formulação de políticas públicas direcionadas à instauração da censura e regulamentação das estações.

**Palavras-chave:** História da Mídia Sonora; Rádio; Roquette Pinto; Educação.

### **Introdução: Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro**

O presente texto procura destacar a trajetória de Roquette Pinto em dois momentos da radiofonia brasileira: a partir da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923 e durante o período em que esteve à frente do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) criado em 1938, como órgão a serviço do Ministério da Educação e Saúde<sup>3</sup>.

A atuação de Roquette Pinto, para além do seu pioneirismo em torno da fundação da PRD2 – Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923<sup>4</sup>, fato intensamente reafirmado ao longo de quase cem anos da radiodifusão no Brasil, apresenta elementos significativos para a compreensão dos embates entre cultura popular e cultura letrada a partir da instalação da radiofonia no Brasil, apropriações em torno de uma educação nacionalista e a formulação de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História da Mídia Sonora integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

<sup>2</sup> Doutor. Professor do Instituto de História da UFU dos cursos de graduação em História e Mestrado Profissional em Ensino de História. Coordenador do POPULIS – Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som.

<sup>3</sup> O artigo é resultado da pesquisa de Mestrado defendida em 1994 com o título “*Escolas sem professores*”: o rádio educativo no Brasil nas décadas de 1920-40 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da profa. Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci e também dos levantamentos realizados junto à Fundação Biblioteca Nacional, no Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, em 2012 no projeto aprovado com o título: “*Aos ouvintes o que eles precisam e não o que querem*”: Edgar Roquette-Pinto, cultura letrada e as disputas em torno da difusão da música popular pelo rádio no Brasil: 1924-1954.

<sup>4</sup> O pioneirismo da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em relação à fundação da radiofonia no Brasil já está comprovadamente superado. Em 1919, já havia sido fundada a Rádio Clube de Pernambuco. Como, segundo a versão oficial, seu objetivo era incentivar a radiotelegrafia, coube à PRD2 o título consagrado pela grande mídia impressa de primeira estação brasileira. Segundo fonte impressa da Rádio MEC “foi também a primeira a obter sua licença de funcionamento, junto ao Ministério da Viação, em 21 de agosto de 1923”. (Rádio MEC: 40 anos irradiando cultura – um pouco da sua história. Arquivo da Rádio MEC, 1963.)

políticas públicas direcionadas à instauração da censura e regulamentação das estações. A consulta ao rico acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, acervos da Academia Brasileira de Letras e do Arquivo Nacional, permitiu o acesso a originais ainda não plenamente conhecidos e analisados, os quais incorporam diversificadas visões e avaliações em torno da produção e audição de programas radiofônicos desde 1923, quando da inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

É sintomática a implementação dos ideais de Roquette Pinto no âmbito da Academia Brasileira de Ciências, cujos membros, por meio de cotas mensais, associaram-se nesta empreitada de não apenas receber as ondas radiofônicas em suas casas, mas de buscar a sua ampliação e alcance em território nacional, para atingir os chamados “analfabetos de letras e de ofícios”<sup>5</sup>.

A busca de uma orientação educacional das ondas do rádio neste processo é apenas um dos vários ingredientes que se tornariam alvo de iniciativas civilizatórias e nacionalistas, num contexto de predominância de uma população portadora de índices de oralidade em contraposição a um sistema educacional ainda precário e restrito aos centros urbanos. Não é de se admirar que sob os olhares da incipiente edição de periódicos voltados para a radiodifusão, em especial após a criação da Revista *Eléctron*, da Academia Brasileira de Ciências, em 1923, os investimentos dos segmentos intelectuais, tendo Roquette Pinto à frente, seriam muito mais dedicados a regulamentação do rádio para torná-lo um veículo seguro e sob controle para a disseminação de hábitos e costumes civilizados, do que a expansão do ensino escolar formal.<sup>6</sup>

A trajetória de Roquette Pinto <sup>7</sup> destacou-se tanto na esfera privada – como membro da direção da Rádio Sociedade - quanto em instituições públicas vinculadas à educação e cultura – Diretor do INCE, Instituto Nacional do Cinema Educativo, Diretor do SRE –

---

<sup>5</sup> Expressão criada por Vicente Licínio Cardoso, In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). *À Margem da História da República*. Recife: Massangana, 3ª edição, 1990.

<sup>6</sup> Nesse sentido vale destacar a afirmação: “ Aos ouvintes o que eles precisam e não o que querem”. A afirmativa faz parte do episódio em que o prefeito do Rio homenageava Roquette Pinto, com a intenção de dar o seu nome à estação educativa - Rádio Escola Municipal -, fundada em 1934, no qual o homenageado rejeitava a honra, mas alertava os poderes públicos e os protagonistas do rádio educativo para o perigo da desvirtuação dos seus princípios.

7

Além de fundador da Rádio Sociedade, juntamente com Henrique Morize, foi fundador do Serviço de Censura Cinematográfica, em 1932; fundador da Revista Nacional de Educação, também em 1932; diretor do INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo a partir de 1936; diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, a partir de 1938; fundador e diretor da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, em 1934, hoje Rádio Roquette Pinto; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina.

Serviço de Radiodifusão Educativa, além de contribuições junto a imprensa periódica da época – Revista Electron, Revista Nacional de Educação, Revista do Museu Nacional, Jornal do Brasil (coluna “Notas e Opiniões” publicada entre 1951-54) entre tantas outras publicações e menções sobre a sua experiência e impressões na área da radiofonia.

Seguindo este recorte temporal – 1923 a 1940 – entre a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e o funcionamento do SRE – Serviço de Radiodifusão Educativa, criado em 1937, nos deparamos com uma intensa movimentação de intelectuais ligados à educação, articulando-se em torno da regulamentação dos serviços radiofônicos no Brasil, a fim de supostamente evitar influências nocivas ao seu papel educacional.

Entre as fontes abordadas, encontram-se as revistas “Voz do Rádio” e “Radiocultura”, por se tratarem de periódicos coordenados por editores e colaboradores com fortes ligações com as primeiras experiências de radiodifusão e que na década de 1930 passaram a desempenhar funções governamentais ou abriram espaços em suas páginas para artigos de membros do governo federal. Podemos concluir que tratava-se de periódicos que buscaram afirmar-se no meio radiofônico como porta-vozes de uma suposta radiofonia nacional e educacional, em contraposição a irradiações de cunho comercial ou direcionadas ao “entretenimento” popular.

A consulta e seleção de artigos e imagens destas revistas articulou-se a referências de outros setores da Biblioteca Nacional, quais sejam, livros em homenagem a Roquette Pinto nas divisões de Obras Gerais e Obras Raras e artigos de jornais da grande imprensa em torno das temáticas da radiofonia, apreendendo a trajetória de Roquette Pinto. A pesquisa eletrônica junto a Hemeroteca Digital da FBN possibilitou extrair dos jornais “A Noite”, “Correio da Manhã” e “Jornal do Brasil” algumas referências em torno da obra do mesmo autor.

Considerando a variedade de revistas especializadas em rádio editadas a partir de 1923, as condições de criação, divulgação e vendagem, suas seções de articulistas e a trajetória de seus editores, observamos que a grande maioria de seus editores eram provenientes do universo editorial impresso, ainda distantes de um padrão e linguajares mais afinados com o meio radiofônico. Sobretudo nas décadas de 1920 e 1930 (até meados desta), esta imprensa especializada não possuía grande vinculação empresarial ao universo da radiodifusão, o que a inseria muito mais no campo de avaliações feitas pelo jornalismo impresso sobre o rádio e sua programação, em especial a musical. Ou seja, o tratamento dispensado ao rádio por estas publicações supostamente “radiofônicas” referendavam e alimentavam de maneira mais insistente o tratamento nacionalizante e desqualificante das

elites letradas sobre as diversas manifestações e linguagens da cultura popular urbana. Como se observa no trecho a seguir na revista Radiocultura:

“ Editorial: aos amadores em geral: Queremos ver coroado nossos esforços, pela propaganda intelectual de tudo que palpita e frutifica na intelligencia humana, aqui, ali em todo o mundo, no desdobramento da sciencia, das artes e da moral. Nesse querer, sem fronteiras inexpugnáveis, temos certeza de atingir ao fim collimado, de levar, por toda parte do grande interland brasileiro, o que ainda desconhece parte de sua população, de útil, salutar e instrutivo, por viver esquecida, obrigada a inércia, cultivando a ignorância e o analfabetismo, nos sítios em que deveriam existir escolas, mas onde de facto só existe a credence, por falta de professores que ensinem as primeiras letras”.<sup>8</sup>

A proliferação destas revistas, por sua vez, anunciava intenções de disciplinarização de programas radiofônicos sob bases “civilizadas” e “educadas”. A forte presença de referências em torno da música erudita, os relatos de transmissões de concertos e óperas do Teatro Municipal por estações de rádio do Rio de Janeiro, bem como a insistência de adequação das estações a um determinado padrão musical nacional, desvelavam disputas em torno do perfil da musicalidade brasileira a ser transmitido pelo meio radiofônico. Ainda que se observassem divergências entre alguns jornais e revistas do rádio, estas supostas divergências indicam muito mais uma certa “contaminação” da linguagem radiofônica sobre o conteúdo elitista das revistas que deveriam servir como porta-vozes da indústria radiofônica, do que conflitos ideológicos e culturais entre seus articulistas e editores.

O perfil observado quanto ao conteúdo e a linguagem destas revistas pode ser dividido em dois momentos distintos: no primeiro, entre 1923 e 1936, notamos a afirmação da linguagem radiofônica, experimentação de programas e produtores musicais, testes de cantores e cantoras, adequação de transmissões musicais aos equipamentos técnicos disponíveis, frágil atuação do Estado em torno da legislação e produção radiofônicos.

A legislação sobre o rádio, decretada em 1932, já incorporava estas tensões, procurando unificar a radiodifusão em âmbito nacional, sob controle da União, com finalidade educacional, e ao mesmo tempo regulamentando a produção e emissão de anúncios comerciais cantados, os chamados “jingles”, favorecendo a consolidação das já existentes e a abertura de novas estações, sobretudo no interior do país:

“Art. 11 – O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.

p. 1º - O governo federal promoverá a unificação dos serviços de radiodifusão, tendo em vista estabelecer uma rede nacional que atenda aos objetivos desses serviços.

---

<sup>8</sup> REVISTA Radiocultura. Revista Technica Mensal de Radio e Electricidade. Anno 1, n. 1, Junho de 1928. p. 5.

p. 2º - Poderão as estações da rede ser instaladas pela União ou, mediante concessão do governo federal, por sociedades civis, companhias ou empresas idôneas, observadas todas as exigências educacionais e técnicas que forem por ele estabelecidas.

p. 3º - A orientação educacional do serviço das estações da rede cabe ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que baixará as instruções necessárias a esse fim.”<sup>9</sup>

### **Roquette Pinto e os limites da radiodifusão educativa: o nacional e o popular**

A trajetória intelectual e acadêmica de Roquette Pinto, embora mais fortemente vinculada à educação radiofônica, apresenta elementos importantes direcionados às iniciativas de censura e produção de determinado perfil de programas para o rádio. Com experiências iniciadas na própria Rádio Sociedade, em 1923, desvendamos projetos e atuações em variados espaços de articulação política e científica, publicações, congressos, criação ou formulação de propostas de organizações públicas e privadas, sobretudo até o final do Estado Novo.

Contudo, notamos a partir da pesquisa realizada, indicações que rompem com uma visão mais tradicional que aponta o Estado Novo como baluarte destas iniciativas. A visão de um Estado onipotente e onipresente que supostamente passa a controlar os meios de comunicação com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, deve ser repensada à luz de ações de intelectuais (escritores, antropólogos, sociólogos, médicos, higienistas, jornalistas, educadores) que atuaram fora da esfera estatal, num primeiro momento, e incorporando-se a órgãos governamentais desde a década de 1920, como foi o caso de Edgard Roquette Pinto.<sup>10</sup>

As referências analisadas, entretanto, puderam acompanhar articulações iniciadas bem antes de 1937, o que torna essa periodização como um ingrediente a mais no campo de forças da construção de uma certa memória social. Desse modo, as primeiras experiências com a radiodifusão já passam a absorver ações e projetos de educadores do movimento pela

---

<sup>9</sup> *Legislação sobre o Rádio*. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro. (GC, 37.12.27/2-g)

<sup>10</sup> Neste campo de análises que percorrem práticas governamentais do Estado Novo na área da radiofonia, notamos: GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da rádio nacional*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; SAROLDI, L. Carlos e Moreira, Sonia V. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Martins Fontes/FUNARTE/Inst. Nac. de Música, 1988. GOULART, Silvana. *sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990 e GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. Numa vertente mais crítica da radiofonia no Brasil e suas relações com o público e o privado, notamos os seguintes trabalhos: TOTA, Antônio Pedro. *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo - 1924/1934*. São Paulo, Sec. Est. Cultura/BW, 1990; LENHARO, Alcir. *sacralização da política*. Campinas: Papyrus/UNICAMP, 1986; As referências sobre o rádio educativo, além dos textos de época, encontram-se em sua maioria em publicações ou artigos comemorativos sobre a fundação do rádio no Brasil, celebrando os primórdios da educação à distância que os intelectuais “pioneiros” buscaram implementar e que o Estado não concretizou.

Escola Nova, consolidando-se até o fim do Estado Novo. Esta, identificada pelos seus próprios agentes como uma corrente em busca da “regeneração nacional” a ser feita pela educação, procurava se mostrar apta a direcionar instrumentos técnicos de educação audiovisual de alcance escolar e extraescolar. Esse grande conjunto de informações sistematizadas procura demonstrar um controle social através da radiodifusão pela sua eficácia técnica. A partir da radiodifusão educativa, a impressão que se tem é a imagem de um Estado realizador,<sup>11</sup> pairando sobre as organizações privadas e servindo-lhes de modelo, não só quanto à busca de audiência, mas também quanto às técnicas de convencimento.

As incursões realizadas sobre representações da cultura populares a serem irradiadas, identificaram ações alternativas de utilização do rádio e de incorporação de manifestações culturais, como o carnaval e determinados gêneros musicais, como sendo “perigosos”, “atrasados” e “selvagens”. Nesse sentido, não somente o tipo de programa e o seu conteúdo preocupava os agentes ligados à radiodifusão educativa, mas a forma de convencimento para recriar sensações. Fazer o ouvinte imaginar cenas e apreender valores, transformava a técnica num instrumento disputado por diferentes agentes para a reordenação da sociedade. Estes projetos pretenderam atingir o espaço da intimidade do lar, do local de trabalho, da escola, dos espaços de lazer e, assim, levar ao povo uma identidade nacional, um retrato de si mesmo, a ser absorvido coletivamente.

A definição de uma identidade nacional, dessa forma, aglutinaria ações e discursos no âmbito escolar, mas que pudesse chegar até onde a escola não chegava. Podemos usar como exemplo desse movimento, duas posições bastante respeitadas nesse período, acerca do modelo de nação que deveria ser ouvido pelos receptores. Em ambos os casos articulam-se imagens sobre o habitante do interior - o sertanejo - um “exemplar” típico a ser “civilizado”. Sobre esse tema, assim se referia Roquette Pinto:

“O caso dos sertanejos, que as secas impelem a procurar as terras dos sul, envolve um paradoxo que mostra, mais uma vez, como andava certo o pensador (referindo-se a Alberto Torres): o Brasil, como algumas nações da América, tem de ser obra de sabedoria política; não é nação que floresça por si, como os Estados Unidos, qual ramo transplantado em novo terreno, trazendo a ‘organização da estirpe originária’. *O grande problema do Brasil é a organização dos seus valores. O caso dos emigrantes nortistas não prova outra coisa senão falta de organização nacional.*”<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Ver também a esse respeito, SCHWARTZMAN, Simon. Estado Novo: um auto-retrato. Brasília: Editora da UNB, 1983.

<sup>12</sup> PINTO, Edgar Roquette. Ensaio de antropologia brasileira. 3 ed., São Paulo: Ed. Nacional, Brasília /UNB, 1982, P.9. (Grifos nossos). Entre tantas outras participações e atuações de Roquette Pinto, destacamos: Delegado ao 1º Congresso Universal das Raças, em Londres, 1911; fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923; presidiu o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia; fundou o serviço de Censura Cinematográfica e a Revista Nacional de Educação, em 1932; fundou e

Segundo o autor, a origem do atraso do homem do Norte que emigrava para o sul, devia-se à falta de orientação daqueles para o trabalho metódico e regular, sendo necessária a sua adaptação prévia às “*regiões em que os colonos trabalham a horas certas e pagam multa para mudar de fazenda...*”. A solução seria realizar um

“movimento feito no sentido de aplicar, pelo menos parte daquela soma (dinheiro gasto com importação de braços estrangeiros), em educar, do ponto de vista agrícola, os patrícios tão bem dotados que, espontaneamente, procuram as regiões em que a vida não é siderada pelo desassossego e pelo infortúnio.”<sup>13</sup>

Nesses fragmentos, Roquette Pinto aponta reflexões compartilhadas por industriais da época em relação à organização do trabalho. Face aos movimentos grevistas e outras formas autônomas de contestação das quais tinham grande participação os imigrantes anarco-sindicalistas ou socialistas, o empresariado, com a colaboração do Estado, dirigia suas atenções para o adestramento da mão-de-obra nacional, devendo arrancar a maioria dos trabalhadores ainda enraizados aos costumes e valores rurais de seu modo de vida e incorporá-los à mentalidade urbano-industrial. Assim, continua Roquette ,

“Se o Sul precisa de ‘braços e o Norte tem braços sem trabalho só nos cabe procurar o meio de adaptar a um o que outro lhe oferece. (...) Isso, no caso de se verem forçados a deixar a terra onde nasceram. Porque, *lá mesmo, o seu preparo só poderia ser vantajoso.*”<sup>14</sup>

A higiene, a eugenia, a educação e os valores da família harmoniosa precisariam, portanto, chegar aos mais distantes lugares a fim de que se efetivasse a “regeneração” do trabalhador nacional.

Contudo, segundo Roquette Pinto, para que a radiodifusão cumprisse esse papel, a população deveria dispor de aparelhos receptores, antes de qualquer medida de caráter organizativo. No final da década de 1920, ainda eram poucos os que tinham acesso ao rádio:

“Creio que o Brasil tem hoje, cerca de trinta mil lares providos de aparelhos receptores. Cada receptor serve, em média, a meia duzia de pessoas. Porque, no interior, pelas provas que possuo, cada alto-falante é rodeado pela população da villa ou da fazenda. (...) Si muitos dos ouvintes são pessoas cultas para as quaes aquillo é passatempo, alguns milheiros são homens e mulheres do povo que, sem saber ler, vão aprendendo um pouco.”<sup>15</sup>

---

dirigiu o INCE-Instituto Nacional do Cinema Educativo, em 1936 e fundou e dirigiu a Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, em 1934 e o Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1938.

<sup>13</sup> . Idem, p.11.

<sup>14</sup> . PINTO, E. Roquette . Op. cit., p.11. (Grifos nossos).

<sup>15</sup> PINTO, E. Roquette. *Seixos Rolados*. Rio de Janeiro: Machado e Cia, 1927, p.236-7.

Mais importante para Roquette Pinto era saber ouvir e praticar as recomendações do rádio que aprender a ler. Além disso, o rádio deveria cumprir um papel de esclarecimento quanto ao tempo do trabalho e não de “passatempo” para esses “milheiros de homens e mulheres”.

As lições para o público alvo deveriam ser dispostas em conferências, músicas, história do Brasil, higiene, ensinamentos sobre o trabalho agrícola, etc. Ensinar a trabalhar, formar a nação brasileira e disciplinar os hábitos de homens e mulheres “abandonados” no interior seriam prerrogativas de homens cultos e técnicos dispostos a transmitir pelos alto-falantes o saber apropriado aos analfabetos sobre si mesmos.

Esta operação simbólica e anunciadora de práticas sociais de controle se erguia no interior da nacionalização do ensino e da projeção de um sistema nacional de rádio educativo. Levar a todos os lares os ensinamentos da ciência e a elaboração da nação implicava, porém, na massificação do rádio, com a sua “intromissão” na intimidade de cada família. A legislação sobre o assunto, na década de 20, proibia a livre aquisição de receptores além do alto custo motivado pela baixa produção e importação de componentes. Rompida a barreira legal, restava o problema do baixo poder aquisitivo daqueles que, segundo Roquette e os pioneiros da radiodifusão, seriam o público alvo desse projeto educativo. Para isso, o autor acenava com a ajuda do Estado:

“O Estado dá de graça (de graça é um modo de dizer...) luz electrica, agua, escola. Pois dará pelo preço do custo, a cada brasileiro, o seu modesto radio, em que elle, descalço, até mesmo rôto, esfarrapado, amarello, molle de doença e de ignorancia, aprenderá, antes de saber ler, que a preguiça é quasi sempre doença; (...) que ser soldado não é ser escravo e sim receber instrução e educação, em lugares asseitados, dirigidos por patricios dedicados, fraternalmente, a serviços do paiz; (...).”<sup>16</sup>

A educação e sua extensão pelo rádio ao ambiente familiar enquadravam-se, assim, no processo de disciplinarização do trabalho, preconizado por empresários brasileiros a partir da década de 20, efetivando-se no controle e na institucionalização da radiodifusão educativa. Nesse sentido, segundo as palavras de Roquette Pinto, se a família em geral, e especialmente no campo, não se encontrava no raio de ação da escola, os valores da sociedade industrial, a disciplina e a subordinação ao mundo do trabalho regular dificilmente seriam transferidos de pais para filhos :

“Quanto aos adultos e aos velhos - é quase certo - nada vale o preconceio. Não é de esperar qualquer transformação nos seus hábitos de trabalho incerto e indisciplinado. Mas resta a grande massa dos moços, ainda não definitivamente fixados nos costumes

---

<sup>16</sup> PINTO, E. Roquette. Op, cit. p.239.

meio-índios de viver ao léu da vida. É a maior massa, que poderá ser desde já orientada para o trabalho agrícola regular, como o que se faz no Sul, e, um dia, se há de fazer no próprio Norte.”<sup>17</sup>

A moldagem de um trabalhador nacional produtivo implicava, portanto, no seu desenraizamento, na transformação da cultura popular em cultura para o povo. A requalificação do trabalhador, operada com a sua desqualificação diante dos “modernos” métodos de produção, voltava-se para a eliminação de hábitos sociais considerados nocivos, ao mesmo tempo em que o trabalhador estrangeiro deveria abandonar os traços culturais de origem e adaptar-se à língua, aos costumes e à moral, introduzidos nos planos de “regeneração” nacional de empresários, educadores e técnicos da radiodifusão. Isto porque

“(…) nas condições criadas pelo *desenvolvimento mecânico de todas as formas de atividade produtora, a questão numérica do povoamento passou a um plano secundário, dando-nos muito mais ampla liberdade de ação para exercermos desassombadamente severa vigilância na seleção de imigrantes.*”<sup>18</sup>

A partir da reforma do ensino de 1927, o Distrito Federal contou com a experimentação e implementação de recursos audiovisuais nas escolas, processo que ganhou amplitude com a fundação da Rádio Escola Municipal em 1934, por Roquette Pinto, já na gestão de Anísio Teixeira como diretor da Instrução Pública. Através desses elementos, as técnicas de convencimento e a transformação da audição passiva, característica do ensino tradicional e combatida pelos reformadores, em trabalho e produtividade escolar e assimilação de hábitos civilizados, passaria a nortear a produção e o alcance da radiodifusão. Também nessa área, técnicos e dirigentes se encarregariam de organizar as “imagens sonoras” sobre o passado e o presente.

A veiculação dessas imagens teve como objetivos a “recuperação” do trabalhador nacional, a “correção” da língua e dos costumes, a tentativa de adaptação dos ouvintes aos ritmos e à harmonia das músicas consideradas saudáveis. Junto à juventude, percebemos a fixação do canto orfeônico como símbolo da disciplina, cantado e encenado nas grandes comemorações cívicas, irradiadas dos estádios e das ruas e penetrando os lares.

---

<sup>17</sup> . Idem, p.11.

<sup>18</sup> PINTO, E. Roquette. Op. cit., p.47. (Grifos nossos)

## **Rádio e Educação dos Sentidos: “ aos ouvintes o que eles querem”**

Em todo este caminho percorrido pelas transmissões radiofônicas relatadas e criticadas pelo periodismo radiofônico, Roquette Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro são tratados como modelos a serem seguidos, dando mostras de que a programação cívica e educacional estariam sendo suplantados pela programação musical popular, via ampliação de execuções de sambas, música sertaneja, variações do Jazz, rumbas e serestas. Os limites destas disposições e projetos de racionalização da radiofonia foram claramente detectados quando da doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde, o que desvelava, de um lado, a falta de expectativas dos intelectuais de que uma suposta reorientação da radiofonia nacional pudesse ter êxito e de outro, uma certa fragilidade técnica e de quadros do Estado para exercer a centralização, censura e padronização das estações comerciais em funcionamento. Em depoimento de Beatriz Roquette Pinto, notamos estas preocupações:

“Quando meu pai se dispôs a doa-la, chamou a mim e os meus irmão Paulo. Queria ouvir a nossa opinião. Declarou, antes, que a Rádio não estava em má situação financeira. Pelo contrário. Possuía um terreno, tinha dinheiro, em caixa. Sentia, porém, as dificuldades de enfrentar a concorrência comercial das outras estações. Repugnava-lhe fazer dinheiro através de um instrumento de educação popular. Os anúncios que contrariassem o objetivo único e exclusivo da Rádio, eram sistematicamente recusados pela PRA-2. Daí a ideia que tivera de doar a emissora ao governo, que poderia cumprir, com recursos que faltariam a um particular, a tarefa para que fora criada a primeira estação de radio fundada no Brasil, cujo lema era e continua sendo: Para os que vivem em nossa terra, para o progresso do Brasil. Concordamos imediatamente, meu irmão e eu, já que era essa a vontade dele.” (depoimento de Beatriz Roquette Pinto, filha de R. Pinto a Francisco A. Barbosa)<sup>19</sup>

Depois de incorporada à União, a estação da Rádio Sociedade foi motivo de diversos pareceres técnicos para a melhoria do seu equipamento e ampliação do alcance, transformando o amadorismo num projeto de profissionalização dos seus técnicos e da forma de veiculação de seus programas. Nesse sentido, a música e o canto coral promoveriam uma inibição de práticas sonoras oriundas dos setores populares, as quais remetiam a tempos e gestos indeterminados:

“Roquette Pinto é grande incentivador do Canto Orfeônico em nosso país, e os professores especializados nesse ensino costumam repetir o juramento de autoria dêsse

---

<sup>19</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *Encontro com Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.pp.10-11. Coleção “Aspectos”. Direção de José Simeão Leal.

<sup>36</sup>. SALEMA, Sylvio. *Roquette Pinto*. Fund. Roquette Pinto (TVE). Arquivo Lourival Marques, p.29.

notável brasileiro: ‘Prometo de coração servir à Arte, para que o Brasil possa, na disciplina, trabalhar cantando.’<sup>20</sup>

A atuação de Roquette Pinto a partir do final do Estado Novo foi marcada menos por colaborações e participações em órgãos do que homenagens aos serviços prestados ao Brasil desde a fundação da primeira estação de rádio. Embora continue sendo tratado como ícone da radiofonia brasileira pelos periódicos e publicações autorais, passa a ter menor espaço de exposição nestes materiais, reforçando os sinais de que a programação cívica e educacional, usada como exemplo proveniente do Serviço de Radiodifusão Educativa, estariam sendo suplantados pela programação musical popular (ampliação de execuções de sambas, música sertaneja, baião, variações do Jazz, rumbas e serestas).

Na grande imprensa, sobretudo nos jornais “O Globo”, “Folha da Manhã”, “A noite” e “Jornal do Brasil”, ocorrem esparsas menções a sua obra e aos propósitos de educação musical das massas populares. Ao contrário, ocorre uma maior visibilidade às festividades do carnaval, ano a ano, com divulgação de músicas do mercado fonográfico, anúncios de bailes carnavalescos e das programações das estações de rádio.

Implantava-se assim, com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), uma legislação que permitiria aos técnicos e educadores, anteriormente isolados ou pressionados pelo avanço das estações comerciais, promover, através do Estado, a continuação e afirmação da utilização educacional do rádio. A reforma do ministério que criou o serviço de radiodifusão educativa, em 1937, ratificou a perspectiva disciplinadora trazida com a legislação e a institucionalização desse controle:

Art. 50 – Fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativa, destinado a promover, permanentemente, a *irradiação de programas de caráter educativo*. Parágrafo único – Uma vez organizado o Serviço de Radiodifusão Educativa, ficam as estações radiodifusoras, que funcionam em todo o país, *obrigados a transmitir*, em cada dia, durante dez minutos, no mínimo, seguidos ou parcelados, textos educativos, elaborados pelo Ministério da Educação e Saúde, sendo pelo menos metade do tempo de *irradiação noturna*<sup>21</sup>

A obrigatoriedade da transmissão levava para o rádio um dos pilares de sustentação da Escola Nova: o ensino obrigatório, fazendo valer a apropriação de desejos, necessidades

---

<sup>20</sup> SALEMA, Sylvio. *Roquette Pinto*. Fund. Roquette Pinto (TVE). Arquivo Lourival Marques, p.29.

<sup>21</sup> LEGISLAÇÃO sobre rádio. V) Lei da Reforma do Ministério sobre o serviço nacional de radiodifusão. Lei n. 378, de 13/1/1937 (grifos nossos).

e valores contida na expressão “aos ouvintes o que ele precisam e não o que querem”. Essas impressões se encontram, também, nas motivações que levaram Roquette Pinto à doação da Rádio Sociedade ao governo federal, segundo o qual o MES deveria preservar a característica educativa da emissora diante da falta de condições técnicas e materiais para que o grupo de sócios a mantivesse sem a necessidade de anúncios. A intervenção desse ministério buscava racionalizar e padronizar a radiodifusão educativa e transformar as demais estações em meras extensões do seu projeto educativo. Observava-se ainda a ampliação da audiência, devendo atingir crianças e escolares em geral, mas direcionando-se também aos adultos trabalhadores que ligavam seus aparelhos após a jornada de trabalho, no chamado horário nobre. Assim, o ministério procuraria evitar fugas e desvios de audiência da programação oficial, uma vez que todas as estações, mesmo conservando suas características originais de rádio comercial, deveriam passar a transmitir os “comerciais” da rede educativa, “seguidos ou parcelados”.<sup>2221</sup> A referência ao tempo das irradiações indica, por sua vez, o objetivo de diluir a mensagem governamental e torná-la audível por todos os radiouvintes, sem que, para isso fosse necessário estatizar estações ou obrigá-las a irradiar programas extensos, cansativos e monótonos, certamente.

As iniciativas para a unificação das estações em torno dos princípios educacionais adquiriram maior impulso ainda com a fundação da Confederação Brasileira de Radiodifusão, em 1933. Liderados por Elba Dias e Roquette Pinto, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Rádio Educadora do Brasil, Rádio Club do Brasil, Rádio Philips, Rádio Mayrinck Veiga, Rádio Guanabara, Rádio Record de São Paulo, Rádio Sociedade Mineira, de Belo Horizonte, Rádio Club de Porto Alegre, Rádio Sociedade e Rádio Comercial da Bahia, Rádio Club de Pernambuco e Rádio Club do Pará, as estações organizaram programas em cadeia nacional e, através da Comissão Rádio Educativa, a formalização da censura radiofônica. Dentre os programas levados ao ar por professores (tais como Lourenço Filho, Roquette Pinto, Jônathas Serrano e Ariosto Espinheira) na área de ciências, psicologia, direito, arte, higiene, educação, geografia, história, língua pátria e línguas estrangeiras, encontramos a “Voz do Brasil” e “Quartos de hora da Comissão Rádio Educativa da CBR”. A “Voz do Brasil”, jornal radiofônico de alcance nacional e internacional, iria se tornar depois, em razão de seu formato e seus objetivos, o principal divulgador da imagem do Estado Novo, irradiando notícias e

---

<sup>2221</sup> Alcir Lenharo comenta a *Hora do Brasil* como sendo o “fala sozinho”. LENHARO, 1986.

manifestações cívicas para a representação da unidade nacional e da comunhão entre governantes e governados, como trataremos adiante.

Da mesma forma, a censura passava a ser definida em função do modelo de radiodifusão educativa, implementada pela CBR através da Comissão Rádio Educativa, numa demonstração de que a “regeneração nacional” pelo rádio encontrava barreiras em programas que não circulavam nesse campo institucional. O combate a essas mensagens indicava sinais de uma sociedade desprovida de língua padrão e permeada por diferentes lutas sociais, culturais, étnicas e uma latente falta de controle das autoridades. A chamada “censura cultural”, reivindicada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1931<sup>2322</sup> em substituição à “censura policial”, estabelecia-se, assim, segundo dispositivos provenientes das sociedades radiofônicas e adquiria a dimensão oficial com a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, de 1934, transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda em 1938.

Nesse sentido, são elucidativos os assuntos que a comissão procurava “evitar”, impondo valores, anulando críticas e tentando “converter” a programação “rebelde” e os conflitos sociais em comunhão nacional:

A Comissão organizou a censura a todas as transmissões radiophônicas para evitar que sejam irradiados programas que contêm assumptos que: a) sejam redigidos em linguagem impropria; b) offendam a moral e os bons costumes; c) possam, de qualquer modo, concorrer para o desenvolvimento do crime, da vingança, do odio, da vadiagem, do alcoolismo, e dos maus costumes; d) possam crear antagonismos entre raças ou classes sociais; e) encerrem ultraje, vilipendio ou desacato a qualquer credo religioso; f) propaguem idéas subversivas da ordem social e política; g) deprimam a acção das autoridades constituídas; h) suscitem desconfianças e inquietação nas relações internacionais; i) divulguem noticias falsas ou tendenciosas.<sup>24</sup>

Considerando a variedade de revistas especializadas em rádio editadas a partir de 1923, as condições de criação, divulgação e vendagem, suas seções de articulistas e a trajetória de seus editores, observamos uma migração destes intelectuais e articulistas para o mercado radiofônico então em expansão na década de 1930. Por sua vez, a grande maioria de seus editores era proveniente do universo editorial impresso, ainda distantes de um padrão e linguajares mais afinados com o meio radiofônico.

---

<sup>2322</sup> INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO. *Histórico do cinema educativo no Brasil*. Rio de Janeiro, 1938. GC 35.00.00/2–g.

<sup>24</sup> ESPINHEIRA, Ariosto. Rádio e educação. São Paulo: Melhoramentos, 1934, p. 105.

Entre as décadas de 1920 e 1930, esta imprensa especializada não possuía grande inserção na radiodifusão, o que a inseria muito mais no campo de avaliações feitas pelo jornalismo impresso sobre o rádio e sua programação. Ou seja, o tratamento dispensado ao rádio por estas publicações autodenominadas como “radiofônicas” referendavam e alimentavam de maneira mais insistente o tratamento nacionalizante e desqualificante que a cultura letrada imprimia sobre as diversas manifestações e linguagens da cultura popular urbana.

A proliferação destas revistas, por sua vez, anunciava intenções de disciplinarização de programas radiofônicos sob bases “civilizadas” e “educadas”. Ainda que se observassem divergências entre alguns jornais e revistas do rádio, esse estado de permanente vigilância sobre a radiodifusão comercial indicava muito mais uma “contaminação” da linguagem radiofônica sobre o conteúdo elitista das revistas que deveriam servir como porta-vozes da indústria radiofônica, do que conflitos ideológicos e culturais entre seus articulistas e editores.

### **Considerações Finais**

Em todo este caminho percorrido pelas transmissões radiofônicas relatadas e criticadas pelo periodismo radiofônico, Roquette Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro são tratados como modelos a serem seguidos, dando mostras de que a programação cívica e educacional estariam sendo suplantados pela programação popular comercial. Os limites destas disposições e projetos de racionalização da radiofonia foram claramente detectados quando da doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde, em 1936, o que desvelava, de um lado, a falta de expectativas dos intelectuais de que uma suposta reorientação da radiofonia nacional pudesse ter êxito e de outro, uma fragilidade técnica e carência de quadros do Estado para exercer a centralização, censura e padronização das estações comerciais em funcionamento. A passagem de diversos intelectuais para a ocupação de cargos governamentais a partir de meados da década de 1930 coincide com um redirecionamento editorial da imprensa periódica em relação ao rádio. Vários editores e intelectuais migram para o campo estatal, passando a atuar no Ministério da Educação e Saúde, INEP, SRE, INCE e para o próprio Departamento Nacional de Produção e Difusão Cultural, convertido em DIP em 1939.

Esta mudança de enfoque coincide com a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao governo federal, sendo entregue aos cuidados do Ministério da Educação e Saúde, em 1936. Nesse novo cenário, embora Roquette Pinto continue sendo tratado como ícone da radiofonia brasileira pelos periódicos e publicações autorais, a vinculação entre rádio e

educação passa a ter menor espaço de exposição nestes materiais, reforçando os sinais de que a programação cívica e educacional, usada como exemplo proveniente do recém criado Serviço de Radiodifusão Educativa, em 1937, estariam sendo suplantados pela programação popular de massa, sobretudo com a ampliação de execuções de sambas, música sertaneja, baião, variações do Jazz, rumbas, serestas e pela verdadeira ocupação dos espaços radiofônicos pela população mais pobre nos programas de auditórios.

## BIBLIOGRAFIA

ANAIS do 1º Congresso da Língua Nacional Cantada. Dep. de Cultura de São Paulo. 1938.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Encontro com Roquette-Pinto**. Rio de Janeiro: Dep. De Imprensa Nacional, 1957. (coleção Aspectos, de José Simão Leal)

CENTRO Cultural São Paulo. **O rádio paulista no centenário de Roquete-Pinto, 1884-1984**. São Paulo, 1984.

CONFEDERAÇÃO Brasileira de Radiodifusão. Rio de Janeiro, 1936.

DÂNGELO, Newton. " Ouvindo o Brasil: o ensino de História pelo rádio – décadas de 1930/40." In: REVISTA Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 18, n. 36, 1998.

DÂNGELO, Newton. **Escolas sem professores: rádio e educação a distância no Brasil nas décadas de 1920-40**. Curitiba/PR: Appris, 2020.

ESPINHEIRA, Ariosto. **Rádio e educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1934.

GOUVÊIA FILHO, Pedro. E. **Roquette Pinto: o antropólogo e educador**. Rio de Janeiro: MEC/INCE, 1955.

LEÃO, A. Carneiro. "Os deveres das novas gerações brasileiras". In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). **À margem da história da república**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1928.

LEGISLAÇÃO sobre rádio. Decreto 21.111 de 1º/3/32. GC 37.12.27/2

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus/UNICAMP, 1986.

LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominique Miranda de.(orgs.) **Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2008.

LOBATO, Monteiro. **Jecatatusinho**. 34. ed. São Paulo: Bloch, 1971.

LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e o problema vital**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

MACEDO, Roberto. **A história do Brasil em cinco lições**. Rio de Janeiro: Alba, 1943.

OBSERVAÇÕES para uma experiência de Radiodifusão Educativa. 1937.GC 36.12.00.

PINTO, Edgar Roquette. **Ensaio de antropologia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nacional Brasília/ed. UNB, 1982.

PINTO, Edgar Roquette. **Seixos rolados**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

PROJETO da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação. GC 34.02.19

SALGADO, Álvaro. **A radiodifusão educativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Min. Ed. e Saúde, 1946.